

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A CULTURA DA NOBREZA

VOLUME 19, 1998

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A CULTURA MILITAR DA NOBREZA NA PRIMEIRA METADE DE QUATROCENTOS Fontes e Modelos Literários

Em Portugal, tal como no conjunto do Ocidente europeu, o exercício da guerra não era, nos finais da Idade Média, uma actividade tão improvisada como por vezes se pensa. Os chefes militares que preparavam e dirigiam as campanhas faziam-no com o conhecimento de certos princípios, regras e ensinamentos. Essa sabedoria bélica resultava da experiência acumulada ao longo dos séculos por inúmeras gerações de guerreiros de várias proveniências e encontrava-se reunida em fontes literárias muito diversas, às quais, pelo menos nos círculos mais próximos da corte régia, era possível ter acesso. Nas *Siete Partidas*, por exemplo, Afonso X, rei de Leão e Castela, recorda que, em tempo de paz, os antigos costumavam fazer ler aos cavaleiros, enquanto estes comiam, as histórias dos grandes feitos de armas que outros haviam praticado, de forma a ensinar e a insuflar de brio os corações dos novos combatentes[^]). Um pouco mais tarde, Don Juan Manuel, explicando como o imperador deve educar os

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O Cf. Afonso X, *Las Siete Partidas del Sabio Key Don Alonso el nono, nueiiamente Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez del Consejo Real de Índias de su Magestad*, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 1985, 3 vols, (reimpr. da edição de Salamanca, Andrea de Portonaris, 1555), 2.^a Partida, título XXI, lei XX, p. 75 (daqui em diante passamos a citar *Siete Partidas*...).

seus filhos, recomenda que ele faça todo o possível para que estes, desde tenra idade, tenham prazer em ler as crônicas dos grandes feitos e das grandes conquistas praticados pelos cavaleiros seus antepassados⁽²⁾.

Estamos certos de que estas preocupações encontraram eco na corte dos nossos príncipes de Avis. No seu tratado de gineta, D. Duarte comenta que os livros de "enssynança da guerra", juntamente com as "cronycas aprovadas", constituem "muito perteecente leitura pera os senhores e cavalleiros, e seus filhos, de que se tiram grandes e boos exempros e sabedorias que muyto prestam, com a graça do senhor, aos tempos de necessitydade"⁽³⁾. E ao aconselhar o seu irmão D. Henrique, que — em Setembro de 1437 — partia à frente da frota portuguesa que esperava conquistar Tânger, o mesmo monarca recomenda que "quando tyuerdes espaço lede per os liuros de guerra e non per outros porque per eles sempre aueres bons conselhos e auysamentos"⁽⁴⁾. Pelo seu lado, o cronista-mor da corte joanina, ao narrar as peripécias militares dos inícios da Revolução de 1383-85, também não se coíbe de afirmar que "nom ha cousa tam çerta ne per

(2) Cf. Don Juan Manuel, *El Libro de los Estados*, edición, introducción y notas de Ian R. Macpherson y Robert Brian Tate, Madrid, Clásicos Castalia, 1991, cap. LXVII, pp. 197-201. Segundo o grande magnate castelhano, tais leituras devem ser feitas em período de paz, pois nos tempos "apresurados" das guerras e das lides não há vagar nem disponibilidade para voltar as folhas dos livros para os estudar: de facto, poucos homens há que, quando se cruzam as lanças, "que nol tremiese la palabra si entonce oviese de ler el libro, et siquiere en el roído de las voces et de los golpes de la una parte et de la otra, le estorvarian también el ler commo el oír" (*Idem, ibidem*, cap. LXXIV, p. 221).

(3) Cf. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela que fez El-Rey Dom Eduarte*, edição crítica por Joseph M. Piei, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, III.^a Parte, Quinta Parte, cap. XV.^o, p. 121 (daqui em diante passamos a citar *Livro da Ensinança...*).

(4) Cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, edição diplomática de A. H. de Oliveira Marques, João José Alves Dias e Teresa F. Rodrigues, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, n.^o 21, p. 131 (daqui em diante passamos a citar *Livro dos Conselhos...*). Parece que tais "liuros d auysamentos de pelejas" faziam mesmo parte da bagagem do infante D. Fernando e do conde de Arraiolos, que integravam também a expedição a Tânger (*Idem, ibidem*, pp. 131-132).

que sse os homoees melhor avisem, daquello que aos autos cavalleirosos perteeçe, que esguardar nas obras, per que os amtiigos floreceom, ou ouverom alguucomtrairo; doutra guisa seemdo homem delias inoramte, quasi çego he nas que ssom por viinr"⁽⁵⁾.

Ora, para formar uma ideia do género de literatura a que, no seu todo ou em parte, pode ser atribuído um cunho de *instrução militar* e que se achava disponível na corte régia portuguesa da primeira metade do século XV, tomemos como exemplo o rol dos livros que constavam da biblioteca de D. Duarte⁽⁶⁾: entre os 20 títulos em latim e os 64 em "lingoajem" ali elencados, conseguimos reconhecer a presença dos quatro tipos de fontes capazes de ter contribuído de uma forma mais consistente para a formação da cultura guerreira da nobreza dos finais da Idade Média. Referimo-nos sobretudo à *matéria da Antiguidade*, mas também aos romances de cavalaria, aos tratados de direito bélico e às obras de alguns ilustres autores castelhanos dos séculos XIII e XIV. Trataremos, seguidamente, de apresentar e analisar cada um destes quatro tipos de fontes, discutindo simultaneamente a probabilidade da sua divulgação no seio da nobreza cortesã portuguesa da primeira metade da centúria de Quatrocentos⁽⁷⁾.

I. A presença da *matéria da Antiguidade*, com toda a sua sabedoria bélica e exemplaridade doutrinária, fazia-se sentir por diversas vias.

A primeira delas tinha que ver com a existência de histórias que narravam os grandes acontecimentos guerreiros que celebrizaram

⁽⁵⁾ Cf. Fernão Lopes, *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977 (reprodução da edição do Arquivo Histórico Português, de 1915, preparada por Anselmo Braamcamp Freire), cap. CLXIV, p. 309 (daqui em diante passamos a citar *Crónica de D. João I, l.ª Parte...*).

⁽⁶⁾ Cf. *Livro dos Conselhos...*, n.º 54, pp. 206-208. Uma interpretação recente (e que se nos afigura muito sugestiva) deste registo dos livros possuídos por D. Duarte, pode ver-se em Aires Augusto Nascimento, "As livrarias dos Príncipes de Avis", *Biblos*, vol. LXIX (Actas do Congresso comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro), 1993, esp. pp. 273-276.

⁽⁷⁾ Retomamos nesta síntese, com ligeiros acrescentos e adaptações, o texto que sobre a mesma matéria apresentámos em *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998 (cap. 3º, alínea "a").

os heróis antigos: as conquistas de Alexandre Magno, a epopeia de Tróia, as Guerras Púnicas, etc.. Repare-se que, na livraria de D. Duarte, existiam, entre os "liuros de lingoajem", uma "guerra de maçedonia", uma "Historia de troya" (em aragonês), e um "liuro d anibal"⁽⁸⁾. Este facto ajuda a compreender, entre outras coisas, as variadas alusões a figuras como Cipião-o-Africano, que podemos detectar, por exemplo, nas crónicas de Fernão Lopes ou no *Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, do infante D. Pedro⁽⁹⁾.

Uma outra via prendia-se com a ampla divulgação concedida à versão medieval da história de César: referimo-nos à famosa compilação histórica produzida em França na primeira metade do século XIII e intitulada *Li Let des Romains*. Na verdade, o título "Julio César" que aparece no rol dos livros em romance existentes na biblioteca de D. Duarte corresponde certamente à *Vida e Feitos de Júlio César*, a adaptação portuguesa daquele original francês. Segundo Maria Helena Mira Mateus, a quem se deve a respectiva edição crítica, é de admitir que a tradução portuguesa tenha sido feita na primeira metade do século XV, em Paris, por Vasco de Lucena; depois, terá sido mandada copiar na Borgonha (a partir do manuscrito para aí transportado pelo próprio Lucena) pela duquesa D. Isabel (irmã do nosso Regente), com a intenção de a oferecer ao Condestável D. Pedro, em cujo espólio o códice de facto existiu⁽¹⁰⁾. Inicialmente destinado a ser uma biografia dos doze Césares (mas acabando por se vir a restringir ao primeiro deles), o original francês compilava essencial-

⁽⁸⁾ Cf. *Livro dos Conselhos...*, n.º 54, pp. 207-208.

⁽⁹⁾ Cf. Fernão Lopes, *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Segunda*, edição preparada por William J. Entwistle, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, cap. CXCIX, p. 446 (daqui em diante passamos a citar *Crónica de D. João I, 2.ª Parte...*); e *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, 3.ª edição, com introdução e notas de Joaquim Costa, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1946, Livro Segundo, cap. X.º, p. 87 (daqui em diante passamos a citar *Livro da Virtuosa Bemfeitoria...*). Temos, entretanto, consciência de que o conhecimento das façanhas militares de Cipião podia também resultar das referências que a este grande general romano eram feitas em compilações bastante populares, a que adiante nos reportaremos (*vide* o caso do livro de Valério Máximo).

⁽¹⁰⁾ Cf. *Vida e Feitos de Júlio César*, edição crítica da tradução portuguesa quatrocentista de *Li Fet des Romains* por Maria Helena Mira Mateus, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, vol. I, pp. IX-XLIII.

mente o *De Vita Caesarum* de Suetonio, os *Commentarii de Bello Gallico* de Júlio César e a *Pharsalia* de Lucano. No entanto, o autor francês desta compilação tratou de *medievalizar* o texto, integrando nele autênticos episódios de novelas cavaleirescas, o que lhe garantiu uma enorme popularidade. Pelo seu lado, o tradutor português seguiu de perto o respectivo original, tendo contudo introduzido alguns fragmentos da sua autoria e suprimido outros (que abordavam aspectos menos edificantes da personalidade do herói da história)⁽ⁿ⁾. Parcialmente centrada nas operações levadas a cabo por César na Gália (nomeadamente o cerco de Avarico e a batalha de Alésia) e elaborada num discurso de tonalidade fortemente didáctica e persuasiva, a *Vida e Feitos de Júlio César* há-de ter-se revestido de especial utilidade militar para a nobreza cortesã portuguesa da primeira metade de Quatrocentos. Com efeito, esta compilação fornecia indicações preciosas acerca da arte de fazer a guerra, quer do ponto de vista das soluções tácticas a que se poderia recorrer nas mais diversas condições de campanha, quer no que respeita à utilização dos engenhos de cerco e de combate, quer ainda no que toca à elevação dos níveis morais e psicológicos das tropas, matéria em que César fora reconhecidamente um mestre. Nestes termos, compreendemos bem que D. Duarte, nos já mencionados conselhos que dispensou ao infante D. Henrique antes da partida deste para Tânger, tenha recordado ao irmão "que s escreue de Julio César que asy sabia seu tempo repartyr que sempre apartaua oras çertas em cada hu dia por muyto que ouuese de fazer pera ler e estudar em ditos de sabedores"⁽¹²⁾.

Uma terceira ponte que aproximou a nobreza cortesã dos finais da Idade Média do ambiente e peripécias guerreiras da Antiguidade, foi seguramente a configurada pela obra de Valério Máximo. Como afirmou Maria Helena da Rocha Pereira, "se houve autor menor lido e mesmo traduzido no século XV, foi este: vinte edições só nos alvores da imprensa. Mas antes disso fora muitas vezes copiado e a corte de Avis conhecia-o bem: é citado na 'Virtuosa Benfeitoria', no 'Leal Conselheiro', na 'Tragédia de la Insigne Reina Dona Isabel', nas Crónicas de Zurara. Na biblioteca de D. Duarte havia um exemplar

⁽ⁿ⁾ *Idem, ibidem*. Cf. também Teresa Amado, *A Guerra até 1450*, Lisboa, Editorial Quimera, 1994, pp. 303-305.

⁽¹²⁾ Cf. *Livro dos Conselhos...*, n.º 21, p. 122.

em latim, outro "per aragões"⁽¹³⁾. A explicação para esta popularidade encontra-se certamente no facto de os nove livros dedicados por Valério Máximo ao imperador Tibério constituírem um vasto manancial de histórias de cercos e de batalhas, compondo assim como que uma espécie de enciclopédia da história militar antiga, particularmente sugestiva para os leitores (ou para os ouvintes) medievais. Além disso, ao aproveitar e compilar escritos de vários dos seus antepassados, a obra de Valério Máximo possibilitava ainda o conhecimento de outros clássicos: por exemplo, numa das suas crónicas, Zurara refere-se a "Valerio Maximo naquelle Livro em que abreviou as quatorze Decadas de Tito-Livio [...]"⁽¹⁴⁾. Ora, cremos que isto testemunha bem o carácter prático e utilitário desta fonte, que assim facilmente granjeou adeptos entre a nobreza dos inícios do século XV.

Deixámos, entretanto, para o fim aquela que foi seguramente a mais importante das vias de penetração da *matéria da Antiguidade* sobre a cultura militar que encontrava alimento no círculo da corte régia portuguesa. Referimo-nos ao *Epitoma De Rei Militaris*, de Flávio Vegécio Renato. Trata-se de uma obra escrita numa data que não é possível precisar com exactidão, mas cujos termos *a quo* e *ante quem* são os anos de 383 e 450 d. C, tendo sido dedicada a um imperador romano, que estudos recentes se inclinam a admitir ser Teodósio I (379-395)⁽¹⁵⁾. Tal como o nome da obra indica, estamos perante uma compilação, onde Vegécio reuniu o que de mais importante havia sido produzido pelos grandes estrategos militares romanos do passado, especialmente por Catão (que utiliza directamente, ou através

(13) Cf. Maria Helena da Rocha Pereira, "A estátua do Infante D. Pedro: de Rui de Pina a Manuel Alegre", *Biblos*, vol. LXIX (Actas do Congresso comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro), 1993, p. 421.

(14) Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, nota de apresentação de José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988 (reprodução fac-similada da "Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugeza" da Academia Real das Sciendas de Lisboa, vol. 2, 1792, pp. 213-635), Liv. I, cap. LXXIX, p. 262.

(15) Cf. N. P. Milner (ed.), *Vegetius: Epitome of Military Science*, translated with notes and introduction by N. P. Milner, Liverpool University Press, 1993, pp. XXV-XXIX (existe uma 2ª edição, revista, de 1996).

da mediação que dele viriam a fazer Celso, Frontino e Paterno, entre outros). O objectivo de Vegécio era oferecer ao poder imperial uma gama de soluções que permitissem colmatar as dramáticas deficiências de recrutamento, treino, organização, estratégia e equipamento evidenciadas pelos exércitos romanos dos finais do século IV. Segundo se pensa, o primeiro dos livros de que se compõe o *Epitoma* foi escrito por livre iniciativa do Autor e oferecido por este ao imperador. Tendo sido bem acolhido, Vegécio terá então sido encarregado de alargar o âmbito do seu trabalho, que completou através da redacção de mais três partes (ou livros), cada qual focando aspectos distintos da arte militar⁽¹⁶⁾.

Assim, o Livro I dedica-se, ao longo de 28 capítulos, ao problema da selecção e do treino dos recrutas. O Livro II, composto por 25 capítulos, trata da organização interna da legião antiga, tendo obviamente sido o que menos interesse despertou entre os leitores medievais de Vegécio. Já os 26 capítulos do Livro III são todos eles dedicados à marcha dos exércitos e às principais questões de natureza estratégica e tática que devem ser ponderadas pelos chefes militares antes, durante e depois do seu envolvimento em combate. Esta foi, concerteza, a parte do *Epitoma* mais apreciada pelos leitores medievais, que dela retiveram sobretudo as trinta e duas "Regras gerais da guerra" que Vegécio enuncia — de forma muito incisiva — no último capítulo deste seu terceiro livro. Finalmente, o Livro IV comporta 30 capítulos dedicados à poliorcética (incluindo descrições preciosas de máquinas de cerco que continuavam a ser utilizadas nos séculos XIV e XV) e ainda outros 16 capítulos, versando exclusivamente a guerra naval⁽¹⁷⁾.

Devido ao teor desta obra de Vegécio (um autor, aliás, de quem muito pouco se sabe⁽¹⁸⁾), ao seu carácter compendiai e

⁽¹⁶⁾ *Idem, ibidem*, pp. XVIII-XIX.

⁽¹⁷⁾ *Idem, ibidem*.

⁽¹⁸⁾ *Idem, ibidem*, pp. XXI-XXIV. Milner admite tratar-se de um alto burocrata do Baixo Império Romano, cujo território Vegécio percorreu demoradamente e onde se terá dedicado à criação de cavalos; a Vegécio se deve também, muito provavelmente, a obra *Digesta Artis Mulomedicinae*, um importante estudo veterinário sobre a alimentação dos cavalos e do gado em geral.

extremamente pragmático, bem como ao facto de ter constituído a única obra completa das instituições militares romanas que transitou para a Idade Média, a sua divulgação no Ocidente medieval foi verdadeiramente impressionante⁽¹⁹⁾. Não podemos, contudo, asseverar que ela figure no rol dos livros que pertenceram a D. Duarte. Rui de Pina atribui ao infante D. Pedro, entre outras traduções, a do "Vegecio de Re Militari" ⁽²⁰⁾ e, apesar desta tradução não ter chegado até nós, a generalidade dos estudiosos aceita como boa a afirmação do cronista, tendo até em conta a índole tão sedutora da obra em causa⁽²¹⁾; o que está por apurar é se o "Liuro da guerra" que existia na livraria de D. Duarte corresponde efectivamente a essa tradução desaparecida. A hipótese é sugestiva e tem sido defendida por diversos investigadores⁽²²⁾. Convém, no entanto, não esquecer que em 1415, segundo conta Zurara, D. João I bem desejou que o fidalgo Martim

⁽¹⁹⁾ A este respeito, deve ver-se Josette A. Wisman ("L'Epitoma Rei militaris' et sa fortune au Moyen Age", *Le Moyen Age*, t. LXXXV, n.º 1, 1979, pp. 13-31), onde se referenciam as diversas traduções (francesas, italianas, castelhanas, inglesas, alemã e — eventualmente — portuguesa) de que o *Epitoma* foi objecto ao longo da Idade Média, e onde se dá igualmente conta do largo aproveitamento que dele foi feito por alguns dos mais prestigiados autores da Baixa Idade Média (como João de Salisbúria, Vincent de Beauvais, Gil de Roma ou Cristina de Pisano).

⁽²⁰⁾ Cf. Rui de Pina, "Crónica de D. Afonso V", in *Crónicas de Rui de Pina*, Coleção "Tesouros da Literatura e da História", introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, cap. CXXV, p. 754.

⁽²¹⁾ Cf., p. ex., Joseph M. Piei, *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, duque de Coimbra*, edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário por Joseph M. Piei, Coimbra, por ordem da Universidade, 1948, pp. XVII-XVIII; e Teresa Amado, *Fernão Lopes, Contador de História*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 48, nt. 12. Já Carolina Michaëlis admitiu ter sido Pedro Anes de Lobato o tradutor português de Vegécio (cit. por Piei, *ob. cit.*, p. XVIII, nt. 2).

⁽²²⁾ Vejam-se exemplos recentes em Teresa Amado, *ob. cit.*, p. 48, nt. 12; e Sebastião Tavares de Pinho, "O Infante D. Pedro e a 'escola' de tradutores da corte de Avis", *Biblos*, vol. LXIX (Actas do Congresso comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro), 1993, p. 144.

Afonso de Melo ficasse por fronteiro em Ceuta, entre outras razões porque "compos huu liuro per seu emgenho e saber, que sse chama *da guerra*, no qual sse comtem mujtas e boõas emsinanças e auisamentos pera todos aquelles que teuerem fortalleza, ou alguú lugar çercado em frontaria de jmmijos'^23).

Do que não restam dúvidas é que o tratado de Vegécio era *efectivamente* conhecido na corte régia portuguesa na primeira metade do século XV:

No *Livro da Ensinança*, D. Duarte é bem explícito ao observar que a prática das virtudes "nom deve tolher a husança das boas manhas do corpo que sempre per os senhores e grandes foram prezadas e louvadas, segundo se bem pode veer per o livro de Vegecio, De re militari e per alguús outros livros de storias e enssynanças de feito de guerra"^(24). E, no *Leal Conselheiro*, o mesmo monarca insiste em que "prudência he muyto necessaria aos pryncipes, segundo que diz Vegecio em no Livro da Cavallaria'^25). Pelo seu lado, na *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, Zurara alude por várias vezes à obra de Vegécio, que designa, quer por "Arte Militar", quer por "Livro da Arte da Cavallaria", quer ainda por "de Re Militari"^(26). Finalmente, em várias outras fontes, mesmo

(23) Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, cap. C, pp. 262-263, itálico nosso (daqui em diante passamos a citar *Crónica da Tomada de Ceuta...*). Recorde-se ainda que, em 1916, Lucas de Torre deu a conhecer (aparentemente sem se dar conta de que se tratava de uma tradução — conquanto não integral — do *Epitoma* de Vegécio) um manuscrito do Marquês de Villena, datado de 1420, que incluía também um "Libro de la Guerra": cf. *Revue Hispanique*, t. XXXVIII, 1916, pp. 497-53; nesta tradução, D. Enrique de Aragon utiliza (apenas com ligeiras simplificações ou com pequenos acrescentos) 7 dos 28 capítulos do Livro I de Vegécio, 9 dos 25 capítulos do Livro II, 23 dos 26 capítulos do Livro III (justamente aquele que é dedicado à logística, à disciplina e, muito especialmente, à tática e à estratégia a utilizar em batalha) e nenhum dos capítulos do Livro IV do famoso compilador romano.

(24) Cf. *Livro da Ensinança...*, III.ª Parte, Quinta Parte, cap. XV.º, p. 119.

(25) Cf. D. Duarte, *Leal Conselheiro*, edição crítica e anotada, organizada por Joseph M. Piei, Lisboa, Livraria Bertrand, 1942, cap. LI.º, p. 215.

(26) Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, ed. cit., respectivamente: Liv. I, cap. IV, p. 24; Liv. I, cap. XXIX, p. 98; e Liv.

de natureza jurídica — como é o caso das *Ordenações Afonsinas* — há ressonâncias óbvias do tratado de Vegécio, as quais confirmam o seu amplo conhecimento entre nós, directa ou indirectamente, no período que aqui nos interessa⁽²⁷⁾.

E se dissemos directa ou indirectamente, foi justamente porque, sem prejuízo de uma sua possível tradução para português, há que ter consciência de que o conhecimento das ideias expressas no *Epitoma* podia muito bem fazer-se por outros caminhos.

O mais evidente (e o mais vezes recordado) deve-se à larga utilização que desta compilação foi feita por Frei Gil de Roma (também conhecido por Egídio Romano, ou Egídio Colonna), o autor de um célebre *De Regimine Principum*⁽²⁸⁾. Trata-se de uma obra que se inscreve na tradição literária dos chamados *espelhos de príncipes*, autênticos manuais de governação que, nos finais da Idade Média, foram produzidos um pouco por todo o Ocidente, geralmente por clérigos e destinados a moralizar e a ensinar aos jovens príncipes a difícil arte

II, cap. I"Prólogo", p. 280. Assinale-se ainda que, na mesma crónica (cf. Liv. I, cap. XXXVII, p. 123), Zurara afirma que "como diz Vegecio, [...] os cavallos que continuam as guerras se fazem mais ferozes, e por tempo tornão a ser bravos, e mãos de reger [...]"; ora, esta ideia não é extraída do *Epitoma*, mais parecendo retirada do *Digesta Artis Mulomedicinae*, a obra veterinária possivelmente escrita por Vegécio a que atrás nos referimos (e que seria, portanto, conhecida também em Portugal em meados de Quatrocentos).

⁽²⁷⁾ Cf. *Ordenações Afonsinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, 5 vols, (reprodução fac-simile da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1792), Livro I, título LXIII, pp. 360-376 (relativo à apuração dos cavaleiros para a guerra).

⁽²⁸⁾ Frei Gil, nascido em Roma muito perto dos meados do séc. XIII e falecido em Paris em 1316, era membro da ordem de Santo Agostinho e foi aluno de S. Tomás de Aquino, tendo também leccionado na Universidade de Paris. Aristotelista tomista convicto, viria a ser afastado desta instituição na sequência da célebre condenação decretada, em 1277, pelo bispo parisiense Étienne Tempier. Tendo admitido retratar-se, foi reintegrado na vida universitária (vindo mesmo a receber o grau de mestre em Teologia), ao mesmo tempo que se aproximava da corte régia francesa, onde se tornaria preceptor do jovem herdeiro da coroa da flor-de-lis. Vejam-se outros elementos biográficos sobre Frei Gil de Roma em Teresa Amado, *A Guerra até 1450*, já cit., esp. pp. 103-104.

de bem govar⁽²⁹⁾. Escrita em 1285 e dedicada precisamente a Filipe-o-Belo, seu pupilo, a obra de Gil de Roma, nos 23 capítulos de que se compõe a terceira parte do seu Livro III, limita-se praticamente a reproduzir Vegécio, resumindo-o, simplificando-o (sem, porém, se preocupar em eliminar ou em adaptar as referências que já não se adequavam às condições militares do século XIII) e nada lhe acrescentando de inovador do ponto de vista tático (o que, aliás, só prova como Vegécio era, reconhecidamente, uma *auctoritas* em matéria militar)⁽³⁰⁾. Acontece que a grande voga de que também desfrutou o texto de Gil de Roma foi extensiva à Península Ibérica, justificando o facto de a sua obra surgir em duplicado no rol dos livros que existiam na biblioteca de D. Duarte: um exemplar em latim e um outro (designado por "Regimento de príncipes") incluído entre os "liuros de lingoaJem"⁽³¹⁾. Só por si, este facto insinua o bom conhecimento que deveria existir na corte régia portuguesa da primeira metade do século XV da obra que, cerca de um século e meio antes, fora dedicada a Filipe-o-Belo. Mas esta suspeita é ainda confirmada pelas numerosas alusões — e até pela utilização expressa — que D. Duarte, o infante D. Pedro, Fernão Lopes e Zurara, pelo menos, fazem do tratado de Gil de Roma:

No *Livro da Enseñança*, D. Duarte cita um trecho do *Regymento dos Príncipes* onde se refere (com base em Vegécio) que os recrutas romanos utilizavam cavalos de madeira para se exercitar na arte de

(29) Acerca da tradição literária dos *espelhos de príncipes*, veja-se, entre outros, Jacques Krynen, *Idéal du prince et pouvoir royal en France a la fin du Moyen Age (1380-1440). Étude de la littérature politique du temps*, Toulouse, Académie de Législation, 1981, *passim*; e, sobretudo, Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e Representação (1529-49)*, Lisboa, Comos, 1996.

(30) Esclareça-se que a obra de Gil de Roma se encontra dividida em três partes principais: no seu I.º livro, o Autor trata da natureza do homem, dos seus hábitos e da sua educação, dedicando especial atenção ao problema das virtudes e das paixões, bem como ao tema da justiça (um dos assuntos com maior destaque no pensamento político dos finais da Idade Média); no II.º livro, Gil de Roma ocupa-se das relações familiares e da economia doméstica, preocupando-se de forma particular com a educação literária dos filhos dos nobres; finalmente, o III.º livro do *De Regimine Principum* é todo ele dedicado aos problemas do governo e do Estado. É — como dissemos — na 3.ª parte deste último livro que (seguindo Vegécio) Frei Gil se debruça (e de forma exclusiva) sobre a temática da arte militar.

(31) Cf. *Livro dos Conselhos...*, n.º 54, pp. 206-207.

montar⁽³²⁾. No *Leal Conselheiro*, são inúmeras as alusões e os aproveitamentos da obra de Frei Gil, nomeadamente dos seus dois primeiros livros, como bem se compreende, dado o teor de ambos os trabalhos⁽³³⁾. E também no *Livro dos Conselhos*, num capítulo em que se reproduz um parecer dado pelo bispo do Porto a D. Duarte, em Dezembro de 1433, se escreve que "segundo o que se le no liuro do regymento dos prnçipes a Justiça do reynante mais proueitosa he aos súditos que a abastança dos naturães"⁽³⁴⁾. Igualmente na *Virtuosa Bemfeitoria* se recomenda a consulta do livro de Gil de Roma, ainda que a propósito de matérias não directamente relacionadas com os problemas da arte militar⁽³⁵⁾.

Também os cronistas da corte de Avis não desprezaram os ensinamentos contidos no manual de Frei Gil. Femão Lopes, no seu "Prólogo" à *Crónica de D. Pedro I* serve-se largamente (sem contudo o citar) da parte do livro de Gil de Roma em que se aborda o problema da justiça, chegando mesmo a transcrevê-lo de forma quase literal⁽³⁶⁾. Pelo seu lado, Zurara alude com certa frequência à obra de Frei Gil, não só na *Crónica da Tomada de Ceuta*⁽³⁷⁾, como também na *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*⁽³⁸⁾; neste último texto, ao reconstituir o discurso de D. João I àqueles que, em 1415, deixava em Ceuta, Zurara põe até o monarca português a citar o "Regimento de Principes, que muitas vezes em minha Camara lêdes, e ouvis [...]"⁽³⁹⁾!

Temos, portanto, a certeza de que o tratado de Gil de Roma (e,

(32) Cf. *Livro da Ensinança...*, III.^a Parte, Quinta Parte, cap. XIV.^o, pp. 116-117.

(33) Cf. *Leal Conselheiro*, ed. cit., design.: caps. XXXI.^o, XXXII.^o, XXXVI.^o, L.^o, LI.^o, LII.^o, LIII.^o, LXXXI.^o, e CIII.^o.

(34) Cf. *Livro dos Conselhos...*, n.^o 13, p. 83.

(35) Cf. *Livro da Virtuosa Bemfeitoria...*, Liv. Segundo, cap. XIII.^o, pp. 96-97; e cap. XXVI.^o, p. 150.

(36) Veja-se um excelente resumo e comentário desta situação em Luís de Sousa Rebelo, *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983, pp. 30-31 (esp. nt. 24).

(37) Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, cap. XXI, p. 67; e cap. XCVI, p. 254.

(38) *Idem*, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, ed. cit., Liv. I, cap. VIII, p. 34.

(39) *Idem*, *ibidem*.

consequentemente, o resumo que nele se faz do *Epitoma* de Vegécio) era bem conhecido no meio cortesão português dos inícios de Quatrocentos. A acreditar, uma vez mais, em Rui de Pina, o infante D. Pedro tê-lo-ia também traduzido do latim para "linguagem"⁽⁴⁰⁾. Não sabemos se de facto assim aconteceu, pois não chegou até nós qualquer vestígio dessa eventual tradução, nem os filólogos se puseram ainda de acordo sobre esta matéria⁽⁴¹⁾. Além disso, há ainda a considerar que a obra de Gil de Roma teve enorme impacto em Castela (veja-se, por exemplo, como ela aparece referenciada nos textos de Afonso X ou de Don Juan Manuel), tendo mesmo originado uma célebre tradução, intitulada precisamente *Regimiêto de Los Principes*. Esta tradução castelhana foi elaborada, entre 1340 e 1344, por Frei Juan Garcia de Castrojeriz, o confessor da rainha D. Maria, tendo como objectivo contribuir para a educação do jovem príncipe e futuro rei D. Pedro I de Castela. Trata-se de uma versão que segue de muito perto o texto original, incluindo o seu Livro III.º (em cuja terceira parte, como vimos, Gil de Roma utiliza abundantemente o *Epitoma* de Vegécio). Ora, atendendo à popularidade desta tradução em Castela (repare-se que a sua impressão viria a ocorrer logo em 1494, em Sevilha⁽⁴²⁾), bem como ao notável bilinguismo existente na corte portuguesa nos séculos XIV e XV⁽⁴³⁾, pensamos ser admissível que o *Regimiêto de Los Principes* de Garcia de Castrojeriz tenha acabado por constituir a via mais precoce de acesso da nobreza cortesã portuguesa * 13

(40) Cf. Rui de Pina, *ob. cit.*, cap. CXXV, p. 754.

(41) Se, p. ex., Joseph M. Piei (*ob. cit.*, p. XVIII) e Aires Augusto Nascimento (*ob. cit.*, p. 278) opinam que terá sido Vasco Fernandes de Lucena o verdadeiro tradutor de Gil de Roma, já Maria Helena da Rocha Pereira ("Helenismos no 'Livro da Virtuosa Benfeitoria'", *Biblos*, vol. LVII, 1981, p. 315, nt. 4) e Teresa Amado (*Fernão Lopes, Contador de História*, já cit., p. 48, nt.

13) não vêem motivos para duvidar da afirmação de Rui de Pina, tendo até em conta o facto de o texto de Gil de Roma se encontrar redigido num latim extremamente acessível.

(42) Microfilmámos este incunábulo em Londres, na British Library, onde existe registado como *Colonna - (Egidio) Romano, Archbishop of Bourges, "Regimiêto de Los Principes"*, sob a cota "IB. 52374".

(43) A este respeito, veja-se, por todos, Peter Russell, *Traducciones y traductores en la Península Ibérica (1400-1550)*, Universidad Autónoma de Barcelona, Belaterra, 1985, p. 9.

ao texto de Gil de Roma e, conseqüentemente, ao aproveitamento que por este foi feito da obra de Vegécio⁽⁴⁴⁾.

Entretanto, um outro caminho (este praticamente inexplorado, conquanto precioso) que terá possibilitado o conhecimento da obra de Vegécio em Portugal, pode ter sido o aberto pelo contacto com uma tradução castelhana integral do *Epitoma de Rei Militaris*. Há muito que (com base em pelo menos sete manuscritos quatrocentistas sobreviventes) se sabia da existência de uma tradução castelhana de Vegécio, intitulada *De la cavallería e del arte de las batallas* e realizada por um auto-intitulado Frei Alonso de San Cristobal, mestre em teologia e servidor de um monarca castelhana habitualmente identificado como sendo Enrique IV (rei desde 1454). Contudo, segundo esclareceu Peter Russell — no âmbito das suas importantes investigações sobre a historia literária, política e diplomática ibérica dos séculos XIV e XV — Frei Alonso de San Cristobal foi um destacado dominicano, professor de teologia em Salamanca (na altura a sede da mais prestigiada das casas castelhanas da Ordem dos Frades Pregadores) nos inícios da última década do século XIV; a partir de 1396, terá mesmo transitado para a corte de Enrique III (1390-1406), onde exerceu as funções de pregador⁽⁴⁵⁾. E foi justamente ao serviço

C*⁴) Luís de Sousa Rebelo, *ob. cit.*, p. 96, nt. 23, sugere mesmo que D. Duarte "teve presente a versão castelhana de Frei Juan Garcia de Castrojeriz [...] quando redigiu as páginas sobre a virtude da prudência que se encontram no "Leal Conselheiro"[...]. O que não invalida, quer-nos parecer, a possibilidade de o infante D. Pedro, ou (a seu pedido) o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, terem vindo a produzir uma tradução portuguesa do original latino de Gil de Roma; como explicou Peter Russell (*ob. cit.*, p. 9), "a corte portuguesa [...] propendia também a insistir às vezes em possuir traduções portuguesas de textos latinos, apesar destes já serem acessíveis em castelhana".

⁽⁴⁵⁾ Esta descoberta foi inicialmente divulgada por Peter Russell em 1985 (cf. *ob. cit.*, pp. 33-34). Posteriormente, este Autor prosseguiu as suas averiguações, completando a identificação do tradutor castelhana de Vegécio e iniciando mesmo a transcrição da respectiva obra, com base no manuscrito existente na Biblioteca de Palacio, em Madrid (Ms. 11-569). Os elementos que estamos a utilizar para referenciar a figura de Frei Alonso e a natureza da sua tradução de Vegécio são extraídos da *Introdução* que o grande mestre de Oxford acaba de divulgar, com vista a uma eventual publicação integral daquela tradução: cf. Peter Russell, *The Medieval Castilian Translation of Vegetius, "Epitoma de rei militaris". An Introduction*, in "Spain and its Literature: Essays in Memory of E. Allison Peers", ed. Ann L. MacKenzie Hispanic Studies TRAC. Part I ("From the Middle Ages to the Siglo de Oro"), Liverpool, Liverpool University Press, 1977.

deste monarca (e não de Enrique IV), e provavelmente por *encomenda* dele, que Frei Alonso produziu a tradução de Vegécio que acima referenciamos, a qual, apesar do considerável número de manuscritos que dela sobreviveram, pouca atenção tem merecido da parte dos estudiosos da literatura medieval. Tal facto dever-se-á não só à, até aqui, incorrecta datação do trabalho, como também à circunstância de, em 1958, suggestionado pelas glosas e pelos comentários espirituais que Frei Alonso foi colocando após muitos dos capítulos de Vegécio que ia traduzindo (especialmente ao longo do Livro I e de uma forma que torna até esta tradução castelhana bastante original), Scudieri Ruggieri ter concluído (erradamente) que o objectivo da tradução do dominicano era meramente o de oferecer ao monarca castelhano uma versão de Vegécio "*a lo divino*". Mas agora, podendo datar-se o trabalho de Frei Alonso dos últimos anos do século XIV ou (no máximo) dos alvares de Quatrocentos, e apreciando em profundidade o respectivo resultado, o problema muda substancialmente de figura. E os diversos manuscritos sobreviventes parecem até testemunhar uma certa popularidade da tradução feita pelo mestre dominicano, sobre um clássico militar que, provavelmente, era até essa altura geralmente conhecido em Castela por via da versão que, cerca de 1340, Frei Juan Garcia de Castrojeriz fizera da obra de Gil de Roma. Uma popularidade que, como também notou Peter Russell⁽⁴⁶⁾, resultava da própria simplificação que Frei Alonso (com as suas glosas, os seus comentários, as suas reduções da nomenclatura militar antiga ao período em que escreveu) conseguiu fazer do original latino, e que extravasaria até os próprios círculos militares: o *Epitoma* era também uma magnífica fonte de *exempla* para os autores de sermões e de colecções de sentenças, para além de fornecer muita informação acerca do mundo da Roma antiga.

Ora, para além de uma indesmentível sedução pela possibilidade da tradução de Frei Alonso de San Cristobal ter sido conhecida entre nós na primeira metade do século XV⁽⁴⁷⁾, queremos

⁽⁴⁶⁾ Vejam-se as explicações aduzidas na nota anterior.

⁽⁴⁷⁾ Trata-se apenas de uma possibilidade; no entanto, os intensos contactos (políticos e também culturais) entre as cortes portuguesa e castelhana no período que estamos a considerar parecem atribuir-lhe alguma consistência, para mais tratando-se de um autor tão popular quanto Vegécio. Por curiosidade, notemos também a forma como, no *Leal Conselheiro*, D. Duarte

destacar a importância de que (independentemente disso) se reveste o estudo da versão do mestre dominicano: é que, na inexistência de qualquer manuscrito de uma eventual tradução portuguesa da famosa compilação latina, é extremamente interessante verificar a forma como o tradutor castelhano *medievalizou* aquele texto de Vegécio; isto é, como adaptou muito do seu vocabulário à realidade militar ibérica coeva, como resumiu e comentou essa realidade, como valorizou ou (pelo contrário) omitiu — e não só por razões linguísticas — algumas das ideias do compilador romano, enfim, como *aproveitou* aquele grande manual de instrução militar de toda a nobreza do Ocidente medieval.

Em conclusão, as histórias dos heróis antigos da Grécia e de Roma, a tradução portuguesa da história de César, a popularidade atribuída à obra de Valério Máximo e, sobretudo, o enorme impacto que reconhecidamente (e por diversas vias possíveis) teve o *Epitoma De Rei Militaris* de Vegécio, compuseram um património precioso, através do qual penetrou no interior da corte dos príncipes de Avis a influência militar daquilo a que chamámos a *matéria da Antiguidade*.

II. Um segundo tipo de tradição literária que alimentou a cultura militar no Portugal tardo-medieval foi, como dissemos de início, o configurado pelos romances de cavalaria. Na biblioteca de D. Duarte encontramos um exemplar do "liuro de tristam", outro do "Merlim" e ainda "o liuro de galaaz"⁽⁴⁸⁾. E na crónica portuguesa da época que estamos a considerar, as referências aos heróis das

se refere à obra de Vegécio: chama-lhe "Livro da Cavallaria" (cf. ed. cit., cap. LI.º, p. 256), uma designação bem próxima daquela pela qual parece que era habitualmente referenciada a tradução de Frei Alonso (cf. Biblioteca de Palacio, Ms. 11-569: "Vegecio, 'De la cavallería'"). Aliás, como vimos há pouco, também Zurara, num dos passos da *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes* (ed. cit., Liv. I, cap. XXIX, p. 98) identifica Vegécio como o autor do "Livro da Arte da Cavallaria".

⁽⁴⁸⁾ Cf. *Livro dos Conselhos...*, n.º 54, p. 207. Segundo sugere Teresa Amado (*Fernão Lopes, Contador de História*, já cit., p. 51, nt. 17), o "liuro de Tristam" era decerto a tradução de um original francês do séc. XIII, enquanto que o "liuro de galaaz" devia corresponder à actual *Demanda do Santo Graal*. Sobre a presença da literatura arturiana (ou *matéria da Bretanha*) em Portugal, vejamos: Ivo Castro, "Matéria de Bretanha", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani,

narrativas arturianas, às suas virtudes e às correspondentes façanhas militares são extremamente numerosas e bastante precisas, revelando um bom conhecimento do respectivo conteúdo.

O caso a este respeito mais paradigmático será, porventura, o de Fernão Lopes, o qual, até nos aspectos formais de construção da sua narrativa (nomeadamente de interligação dos diversos capítulos ou grupos de capítulos das suas crónicas), acusa — como já observou Mário Martins — uma nítida influência da literatura arturiana⁽⁴⁹⁾. É por isso natural que, para além de Galaaz (o cavaleiro-modelo de Nuno Álvares Pereira), muitos outros heróis arturianos desfilem pelas páginas de Fernão Lopes. Por exemplo, ao relatar a tomada de Ponte de Lima por D. João I, em Maio de 1385, o cronista imagina nos seguintes termos um curioso diálogo entre um escudeiro português e Gonçalo Lopez de Goiães (um emissário de Lopo Gomes de Lira, o alcaide da praça minhota que acabava de se render ao novo monarca português):

"E quando veerom todos beijar a mão a el-Rey, disse huum escudeiro a Gomçallo Lopez de Goyaães:

"A, Gomçallo Lopez, que mal comselhastes Lopo Gomez de se nom vijn a merçee del-Rey meu senhor, e trabalhar de se defemder del!"

E elle respondeo, dizemdo: "E quem sooes vos que me jssso dizees?"

"A mym chamam Lamçarote", dise el.

"O do Lago ou quail?" disse ho outro.

"Mas seruidor del Rey meu senhor", disse o escudeiro.

"Se uos sooes Lamçarote do Lago, eu som Quea o deribado"⁽⁵⁰⁾.

Lisboa, Editorial Caminho, pp. 445-450; e José Carlos Ribeiro Miranda, *Conto de Perom, o melhor cavaleiro do Mundo. Texto e comentário de uma narrativa do "Livro de José de Arimateia", versão portuguesa da "Estoire del Saint Graal"*, Porto, Casa do Livro, 1994, esp. pp. 5-17.

⁽⁴⁹⁾ Cf. Mário Martins, "Frasas de orientação nos romances arturianos e em Fernão Lopes", *Itinerarium*, Ano XXIII, n.º 95, Janeiro-Março de 1977, *passim*.

⁽⁵⁰⁾ Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, 2.ª Parte...*, cap. XVIII, p. 37.

Entretanto, talvez o mais expressivo dos momentos em que Fernão Lopes utiliza (aqui de uma forma que não é meramente anedótica) os conhecimentos que visivelmente possuía do conteúdo das narrativas arturianas, encontra-se na descrição do fracassado cerco que, em Junho de 1386, D. João I e Nun'Álvares moveram à povoação castelhana fronteiriça de Coria:

Desalentado pelo insucesso da operação e agastado pela falta de empenho revelada pelo Condestável e pelos seus homens nas operações daquele dia, D. João I desabafa assim: "Gram myngua nos fizeram oge este dya aquy os boons caualleiros da Tauolla Redomda, ca çertamente se elles aquy foram, nos tomaramos este logar".

Reagindo ao comentário do monarca, Mem Rodrigues de Vasconcelos tratou então de retorquir: "Senhor, nom fizeram aquy myngua os caualleiros da Tauolla Redomda; ca aquy estaa Martym Vaasquez da Cunha que he tam boom come dom Galuaam, e Gomçallo Vasquez Coutinho que he tam boom come dom Tristam, e ex aquy Joham Ffernandez Pacheco que he tam bom come Lançarote, [...] e ex-me aquy que valho tamto como dom Quea; assy que nom fizeram aquy myngua esses caualleiros que dizees. Mas fez-nos a nos aquy gram mynguoa o boom Rey Artur, senhor déliés, que conheçia os boons seruidores, fazemdo-lhes muytas merçees, per que ayam desejo de o bem seruir"⁽⁵¹⁾.

Mas para além de Fernão Lopes, também o autor anónimo da *Crónica do Condestabre* conhecia bem e sabia utilizar com propósito os paradigmas literários da *matéria da Bretanha*. Repare-se, por exemplo, que, ao descrever a personalidade e os gostos do jovem NiuLÁlvares, o biógrafo do futuro condestável observa que este "auia gram sabor e vsaua muyto de ouuir e leer liuros destorias: especialmente vsaua mais leer a estoria de gallaaz em o q se cõtinha asoma da tauolla redõda"⁽⁵²⁾.

⁽⁵¹⁾ *Idem, ibidem*, cap. LXXVI, pp. 175-176.

⁽⁵²⁾ Cf. *Crónica do Condestabre de Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1969 (reprodução fac-similada da edição original, de 1526), cap. IV, fl. IVv.º. Como seria de esperar, Fernão Lopes não desperdiçou a oportunidade de repetir esta ideia (cf. *Crónica de D. João 1,1.ª Parte* [...], cap. XXXIV, p. 60).

A popularidade desta tradição literária foi de tal ordem que, como já observou Oliveira Marques⁽⁵³⁾, nos finais da Idade Média aparecem na onomástica masculina portuguesa antropónimos (como Lançarote, Lisuarte, Rolim ou Tristão) provenientes do universo das novelas de cavalaria! A este respeito, podemos até recordar a descrição, feita por Zurara, da morte em combate de um jovem cavaleiro que fora criado na câmara do rei de Portugal, e que, sintomaticamente, dava pelo nome de "Galaaz gallo"⁽⁵⁴⁾.

Em nossa opinião, estes "romances de aventura", não só entretinham e empolgavam o público de cavaleiros (e de clérigos) que escutava a respectiva leitura, como transmitiam também ensinamentos militares muito úteis. De facto, pouco importava se os acontecimentos narrados na versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal*⁽⁵⁵⁾, por exemplo, tinham ou não uma exacta correspondência com certos factos históricos concretos. O que interessava era que eles se inscreviam dentro do ambiente e das formas de pensar e de fazer a guerra que eram familiares ao público coevo. Pode pensar-se que se trataria apenas de uma *literatura de evasão*, que concebia e construía modelos com possibilidades cada vez mais remotas de identificação com a realidade nua e crua da guerra. Duvidamos da bondade deste ponto de vista. Como nos parece ter demonstrado Martin de Riquer, nos seus importantes estudos sobre a literatura hispânica medieval, "o que na realidade ocorre é que a novela cavaleiresca [...] reflecte uma autêntica realidade social, sem a desfigurar, nem exagerar, e que as crónicas particulares do século XV [...] narram os feitos históricos levados a cabo por cavaleiros que logo se converteram em modelos vivos para os novelistas. Mas estes cavaleiros reais e históricos estavam, por sua vez, intoxicados de literatura, e actuavam de acordo com o que haviam lido nos livros de cavalaria. É um

⁽⁵³⁾ Cf. A. H. de Oliveira Marques, "Portugal na Crise dos séculos XIV e XV", Lisboa, Editorial Presença, 1987 (vol. IV de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, dir., *Nova História de Portugal*), p. 255.

⁽⁵⁴⁾ Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, edição diplomática de Larry King, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), 1978, cap. LXXV, p. 204.

⁽⁵⁵⁾ Compulse-se a edição de Joseph-Maria Piel/Irene Freire Nunes, introduzida por Ivo de Castro e publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em Lisboa, 1988.

círculo vicioso, que nos conduz a uma espécie de processo de osmose [...]”⁽⁵⁶⁾. Ora, é precisamente dentro desta óptica que nos parece adequado relacionar o consumo dos romances de cavalaria em Portugal com as formas de pensar e de executar a guerra que eram então adoptadas entre nós. Só isso, cremos bem, permite compreender plenamente a razão de ser da imensa popularidade dessa tradição literária no seio da corte régia, ao mesmo tempo que evita remeter para o domínio da simples fantasia a propensão evidenciada pelos nobres portugueses para assimilar e reproduzir as façanhas guerreiras praticadas pelos heróis dessas histórias.

III. Como, anunciámos antes, a cultura militar da nobreza cortesã de Portugal beneficiava também do conhecimento, ainda que porventura superficial, de um ou outro tratado de direito bélico produzido além-fronteiras. Pelo menos na livraria de D. Duarte aparece, entre os “liuros de lingoajem”, um exemplar da “Aruore das batalhas”⁽⁵⁷⁾. Trata-se, sem dúvida, de uma tradução do famoso compêndio de direito militar da autoria do beneditino Honoré Bouvet (c.1340/1354-c.1405/1410)⁽⁵⁸⁾. Contemporâneo de Boccaccio, de Chaucer, de Froissart, de Guilherme Machaut, de Petrarca e de

⁽⁵⁶⁾ Cf. Martin de Riquer, *Caballeros andantes espanoles*, Madrid, Espasa-Calpe, 1967, p. 12.

⁽⁵⁷⁾ Cf. *Livro dos Conselhos...*, n.º 54, p. 207.

⁽⁵⁸⁾ Nascido na Provença e educado em França, Bouvet esteve também em Roma e veio a ser prior de Salon. Os quatro anos que permaneceu em Avinhão, permitiram-lhe um estreito contacto, não só com a cúria de Clemente VII (numa altura especialmente delicada da vida da Igreja Romana do Ocidente), como também com a Universidade de Avignon e com a Casa de Anjou. Em 1386, Bouvet obteve o grau de doutor em Decretais e, provavelmente logo no ano seguinte, dedicou ao rei de França, Carlos VI, o seu famoso tratado. Não sendo propriamente um erudito (pois embora conhecesse bem a lei canónica não dominava os clássicos latinos ou Aristoteles), Bouvet era contudo um homem com muitas leituras históricas e que nutria grande deferência pelos legistas e pelos professores. Além disso, tornou-se num indivíduo muitíssimo experiente e excepcionalmente bem informado, em virtude dos seus intensos e variados contactos com muitos cavaleiros, possibilitados pelas numerosas viagens que realizou. De entre estas viagens, destaque-se a que trouxe Honoré Bouvet a Aragão, entre os inícios de 1392 e o Verão de 1393, altura em que privou com o monarca Juan

Philippe de Mézières, entre outros, Bouvet conheceu bem a literatura dos *espelhos de príncipes*. E a principal obra que compôs apresenta-se justamente com a intenção expressa de instruir o jovem monarca francês (e o mundo secular em geral) nas questões relacionadas com o direito bélico. Bouvet escreveu para os leigos, e utilizou para isso a língua vulgar, o que facilitou extraordinariamente a sua divulgação, não só em França, como também na Borgonha, em Inglaterra e, como dissemos, na Península Ibérica. Do ponto de vista dos legistas profissionais, que continuariam a apoiar-se em Bártolo, em Hostiêncio, em Durandus ou em João de Legnano⁽⁵⁹⁾, a *Árvore das Batalhas* não terá assumido qualquer relevância especial. Mas para os leitores menos eruditos, este didático compêndio, todo ele escrito num estilo muito incisivo de pergunta e resposta (muitíssimo breves) sobre as mais candentes e controversas questões de natureza ético-jurídica que se podiam colocar no decurso de uma campanha militar, há-de ter-se revestido de uma grande utilidade prática.

Em termos estruturais, o livro de Bouvet encontra-se repartido em quatro partes principais. Na I.^a Parte, que comporta apenas 12 capítulos, o Autor recorda as atribulações passadas da Igreja, e tenta explicar o que é a guerra e onde é que ela existiu primeiro e porquê.

I e se pôde informar detalhadamente da situação político-militar na Península Ibérica. Aliás, mais de meio-século depois, os valencianos Joanot Martorell e Marti Joan de Galba confirmariam o prestígio de que Bouvet desfrutava no espaço hispânico: na famosa novela *Tirant lo Blanch* (o melhor livro do mundo, segundo consideraria Cervantes), a *Árvore das Batalhas* surge como o manual por excelência da cavalaria: cf. Wolf-Dieter Lange, "Zur überlieferung des Arbres des Batailles" in Spanien", in *Philologischen Studien für Joseph-Marie Piel (zu seinem 65. Geburtstag)*, Heidelberg, 1969, p. 113; vejã-se outros detalhes sobre a vida de Honoré Bouvet, em Carlos Alvar ("Traducciones francesas en el siglo XV: el caso del "Árbol de Batallas" de Honoré Bouvet", in *Miscellanea di studi in onori di Aurelio Roncaglia a cinquant'anni della sua laurea*, Modena, Mucchi ed., vol. I, 1989, p. 25) e em G. W. Coopland (*The Tree of Battles, an English Version with Introduction by G. W. Coopland, with a hitherto unpublished historical interpolation*, Liverpool, At the University Press, 1949, esp. pp. 15-20).

⁽⁵⁹⁾ Note-se que o *De Bello, de Represalis, et de Duello* de J. de Legnano, completado por este doutor bolonhês em 1360, constitui a fonte principal do tratado de Honoré Bouvet, que nele baseia 55% dos capítulos da *Árvore das Batalhas*.

Na II.^a Parte, que se desdobra por 19 capítulos, Bouvet aborda as causas da destruição dos quatro grandes impérios da Antiguidade e procura perceber de onde surgiu a jurisdição e quem foi o primeiro juiz entre os homens. Os 8 capítulos que compõem a III.^a Parte procuram ponderar já o problema do uso da força e da ocorrência das guerras, em geral. A partir daqui, a *Árvore das Batalhas* entra, verdadeiramente, no tratamento das questões concretas do direito militar: assim, os 132 capítulos que constituem a IV.^a e decisiva parte da obra examinam (num estilo argumentativo de matriz claramente escolástica) um vastíssimo leque de questões práticas que a ocorrência das batalhas podia suscitar (desde a legitimidade das declarações de guerra à disciplina dos soldados, passando pelo pagamento dos soldados, pelo tratamento dos prisioneiros, pelo valor dos resgates, pelo exercício da legítima defesa, pelas regras a que deveriam obedecer os duelos judiciais e o porte das cotas de armas e dos pendões, etc.⁶⁰).

Parece-nos, portanto, indispensável destacar a presença de uma obra desta natureza entre os livros que circulavam na corte régia portuguesa no segundo quartel do século XV. Ela abordava (e procurava resolver) de forma simples questões bastante complexas, mas absolutamente triviais para quem fazia da guerra o seu meio de vida. E independentemente das soluções preconizadas pelo prior beneditino serem ou não respeitadas (e é óbvio que, em muitos casos, não o eram de facto⁽⁶¹⁾), parece claro que a *Árvore das Batalhas* ajudava a definir um enquadramento ético-jurídico das actividades guerreiras que não tinha paralelo em nenhuma das fontes que anteriormente analisámos. Para além disso, também é curioso sublinhar o particular interesse que a obra de Bouvet parece ter assumido na Península

⁽⁶⁰⁾ Cf. Biblioteca de Palacio, de Madrid, Ms. II, n.º 1728 (Honoré Bouvet, "L'Arbre des Batailles"), cuja fotocópia integral nos foi facultada pelo Professor Carlos Alvar, a quem, por este motivo, estamos extremamente reconhecidos. Para uma consulta mais acessível do tratado de Bouvet, recomendamos a excelente versão inglesa moderna devida a G. W. Coopland (*ob. cit.*).

⁽⁶¹⁾ Johan Huizinga (*O Declínio da Idade Média*, trad. port., Lisboa, Editorial Ulisseia, s.d., p. 109), p. ex., destaca o notável espírito de gentileza e de humanidade com que Bouvet resolve os problemas que coloca, mas opina que a *Árvore das Batalhas* não passou, infelizmente, de um tratado teórico.

Ibérica. É que aqui, nos finais do século XIV e na primeira metade do século XV, os problemas da (in)tolerância religiosa e da legitimidade da guerra contra os infiéis — tudo questões que o prior beneditino analisa expressamente no seu tratado — revestiam-se de uma especial actualidade⁽⁶²⁾...

Por todas estas razões, seria bastante interessante conseguir determinar a proveniência do códice de Bouvet referenciado no rol dos livros possuídos por D. Duarte. É sabido que, perto dos meados do século XV, dois grandes rivais da agitada política castelhana (o Marquês de Santillana, por um lado, e D. Álvaro de Luna, por outro), encomendaram — quase em simultâneo, mas a tradutores diferentes e que se serviram até de originais franceses distintos — a tradução do celebrizado compêndio de Honoré Bouvet⁽⁶³⁾. Em resultado disso, em 1441, Antón Zorita preparou para o Marquês de Santillana uma muito fiel tradução castelhana do *L'Arbre des Batailles*, enquanto que Diego de Valera (tanto quanto se pensa), numa data compreendida entre 1439 e 1447, fazia o mesmo para o condestável castelhano⁽⁶⁴⁾. Nenhuma destas traduções pode, contudo, ser relacionada com o códice existente na biblioteca de D. Duarte, dado o decesso deste monarca ter ocorrido em 1438. Tendo em conta estes factos, Aires Augusto Nascimento admitiu já estarmos perante um caso exemplar de "antecipação da parte portuguesa" relativamente a Castela, na tradução de um original de além-Pirenéus⁽⁶⁵⁾. No entanto, o mesmo investigador observou também que, na Bibliothèque Nationale de Paris, existe um manuscrito, datado de 1429, que contém uma tradução catalã da mesma obra⁽⁶⁶⁾ — um facto que bem se compreende, tendo

(62) Sobre estes aspectos, veja-se Wolf-Dieter Lange, *ob. cit.*, pp. 115-116.

(63) Cf. Carlos Alvar, *ob. cit.*, pp. 28-31.

(64) *Idem, ibidem*. Cf. também Wolf-Dieter Lange, *ob. cit.*, pp. 113-114. Assinale-se que, procedente da livreria do conde de Redondo, existe na Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Lisboa (sob a cota "46-VIII-30"), um dos manuscritos da tradução atribuída a Diego de Valera (segundo Aires Nascimento, *ob. cit.*, p. 279, tal manuscrito data dos finais do séc. XV); simplesmente, o seu estado de conservação é tão precário que a leitura de inúmeros capítulos se torna virtualmente impossível.

(65) Cf. Aires Nascimento, *ob. cit.*, p. 279.

(66) *Idem, ibidem*, nt. 43.

em conta a já referida estada de Honoré Bouvet em Aragão, nos finais do século XIV. Assim, parece-nos ser de admitir que o exemplar arrolado na livraria de D. Duarte, tanto poderá corresponder a uma precoce tradução portuguesa do original francês, como à versão catalã que se conserva ainda hoje em Paris (recorde-se que o mesmo monarca possuía alguns livros "em aragoes"), como até a uma tradução portuguesa dessa versão catalã, de acordo com a tendência para a realização de traduções intrapeninsulares que animou as cortes ibéricas no século XV⁽⁶⁷⁾.

Como quer que seja, para além da sua presença física na biblioteca real, o tratado de Honoré Bouvet foi decerto objecto de alguma consulta. No *Leal Conselheiro*, D. Duarte alude às "mortes de sanctos, heresias, ypocrisias, cysmas, symonyas, como delias em soma se faz mençom no livro da Arvor das Batalhas"⁽⁶⁸⁾. E no *Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, embora não haja uma referência expressa ao prior de Salon, coloca-se um problema bem ao estilo de vários dos resolvidos no compêndio que estamos a considerar: o de saber a quem deve um escudeiro socorrer, no decurso de uma batalha em que intervêm, simultaneamente, o rei, um duque, e o conde do qual esse escudeiro recebeu criação ou grandes mercês⁽⁶⁹⁾. Esta divulgação do tratado de Honoré Bouvet tem, de resto, todo o sentido. É que,

(67) A respeito do hábito quatrocentista de verter, de um idioma peninsular para outro, versões vernáculas de textos latinos, franceses ou italianos, veja-se, por todos, Peter Russell (*Traducciones y traductores*, p. 9). Este Autor admite que o nacionalismo emergente tenha tido que ver com o facto; mas acrescenta que não se tratou só disso: "muitas destas traduções iam dirigidas a leitores profanos; a estes, privados de dicionários, glossários, gramáticas e outros instrumentos linguísticos [...], uma obra escrita num idioma peninsular distinto do seu resultava tão inacessível como uma obra escrita em italiano ou em francês" (*Idem, ibidem*).

(68) Cf. *Leal Conselheiro*, ed. cit., cap. XXXVI.º, p. 142.

O Cf. *Livro da Virtuosa Bemfeitoria...*, Livro Segundo, cap. XIV.º, pp. 102-103. É claro que a forma abundante como Bouvet se serviu, como já dissemos, do jurista J. de Legnano, pode também ter facilitado esta coincidência; até porque, tanto D. Duarte como Fernão Lopes, pelo menos, denunciam uma certa familiaridade relativamente à figura e à obra do insigne jurista bolonhês (cf. *Leal Conselheiro*, ed. cit., cap. XLIII.º, p. 172; e Fernão Lopes, *Crónica de Dom Fernando*, edição crítica por Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, cap. CIX, p. 397).

como já observou Philippe Contamine, ao condenar a guerra privada, ao pretender precisar as obrigações dos mercenários relativamente à Coroa, ao regular (em benefício da autoridade que conduzia a guerra) o direito aos prisioneiros e ao saque, ao prever severas punições para os casos de desobediência em tempo de guerra, e ao declarar que a guerra do rei — em virtude da sua "utilidade comum" — devia ter precedência sobre qualquer conflito opondo dois barões, a concepção da guerra que a *Árvore das Batalhas* propunha "ia num sentido favorável às monarquias modernas" (70).

Logo nos inícios do século XV, o famoso compêndio de Honoré Bouvet encontrou especial acolhimento e virtual continuidade na obra notável de Cristina de Pisano(71). Em 1408 ou em 1409, Cristina (que já em 1407 escrevera o *Le Livre des Trois Vertus*, um trabalho que viria a ser traduzido para português por ordem da rainha D. Isabel, esposa de D. Afonso V e filha do infante D. Pedro, em data situada entre

(70) Cf. Philippe Contamine, *Guerre, État et Société à la fin du Moyen Âge. Études sur les armées des rois de France, 1337-1494*, Paris-La Haye, Mouton Éditeur, 1972, p. 203.

(71) Nascida em Itália, em 1364, mas educada em França, onde o seu pai, reputado médico e astrólogo, desempenhava funções junto da corte de Carlos V, Cristina teve um percurso biográfico e literário particularmente invulgar. Casada logo aos 15 anos com o secretário do monarca francês e muito dedicada ao estudo do latim, da filosofia e de várias ciências, Cristina parecia destinada a uma auspiciosa carreira. Porém, o falecimento de Carlos V, em 1380, levou Tomás de Pisano a cair em desgraça na corte francesa, facto que, juntamente com a morte de Étienne de Castel (o marido de Cristina), transformaria por completo a vida da jovem letrada. Cristina teve então de se aplicar a escrever, em verso e em prosa, para garantir o seu próprio sustento e o dos seus filhos. Acabou por dedicar muitos dos seus trabalhos ao duque da Borgonha e ao duque de Berry, granjeando uma notoriedade bem testemunhada pela forma como os seus livros eram procurados pela nobreza rica da França e da Borgonha. Vejam-se outros detalhes relativos à biografia de Cristina de Pisano em A. T. P. Byles (ed.), *Christine de Pisan, "The Book of Fayttes of Armes and of Chyvalrye", translated and printed by William Caxton (1489) from the French original by Christine de Pisan*, edited by A. T. P. Byles, Oxford University Press, 1932, pp. XI-XIV; e em Maria Manuela Cruzeiro (ed.), *Christine de Pisan. "O Espelho de Cristina"*, introdução de Maria Manuela Cruzeiro, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987 (reprodução fac-similada da impressão de Lisboa, 1518).

1447 e 1455⁽⁷²⁾) produziria um dos seus mais célebres tratados: o *Les Faits d'Armes et de Chevalerie*. Esta obra (que reflecte visivelmente as perturbações que então se viviam em França, em virtude da ocorrência da Guerra dos Cem Anos, do Grande Cisma da Igreja, das guerras entre as Casas de Orleães e da Borgonha e da doença mental do rei Carlos VI⁽⁷³⁾) apresenta-se subdividida em quatro partes distintas⁽⁷⁴⁾. Na primeira, onde faz largo uso do *Epitoma* de Vegécio (especialmente dos seus Livros I e III), Cristina pretende explicar como é que os cavaleiros e os príncipes se devem comportar nos feitos de guerra e nas batalhas, e como é que os guerreiros devem ser escolhidos. Na segunda, Cristina trata das cautelas e subtilezas da guerra, bem como do ataque e defesa dos castelos e das praças-fortes e da guerra naval. Aqui, é evidente o aproveitamento que a Autora faz do *Stratagemata* de Frontino (uma célebre colecção de *anedotas históricas* extraídas de todos os períodos da história antiga e relacionadas com a arte da guerra, coligidas pelo governador romano da Bretanha entre os anos de 84 e 96 d. C), bem como de Valério Máximo e, naturalmente, do Livro IV de Vegécio. No entanto, gostaríamos de fazer notar que, nesta parte do seu tratado, Cristina recorre também ao conselho de fontes anónimas coevas (que se limita a referenciar como "sábios cavaleiros"), sugerindo — com base nestas fontes — técnicas de assalto de fortalezas e fornecendo indicações detalhadíssimas sobre o manancial de armas, de artilharia, de provisões, de ferramentas e de trabalhadores que deveriam acompanhar o cerco de uma praça-forte, bem como a respectiva defesa. Como se compreende, isto constitui uma notável adequação às condições concretas da guerra medieval (e, mais precisamente até, da guerra que se praticava em França na primeira metade do século XV) das instruções genéricas sobre a arte militar habitualmente bebidas nos autores clássicos, como Vegécio, Frontino ou Valério

(72) Cf. Maria Helena da Rocha Pereira, *Helenismos no "Livro da Virtuosa Benfeitoria"*, já cit., p. 346. O *Espelho de Cristina*, a versão portuguesa do *Livre des Trois Vertus*, seria impressa em Lisboa em 1518; como verificámos na nota anterior, em 1987 a Biblioteca Nacional de Lisboa publicou uma versão fac-similada desta obra, com *Introdução* de Maria Manuela Cruzeiro.

(73) Cf. A. T. P. Byles, *oh. cit.*, p. XII.

(74) Sobre a estrutura desta obra e as fontes que utiliza, matéria que sintetizaremos de seguida, veja-se, por todos, *Idem, ibidem*, pp. XXXVI-LI.

Máximo. Quanto à terceira e à quarta partes do *Livre des Faits d'Armes*, onde se trata das leis e dos direitos de armas, bem como dos salvo-condutos e dos duelos judiciários, a fonte que inspira Cristina é, exclusivamente, o *L'Arbre des Batailles* de Honoré Bouvet. Nesta segunda metade do seu tratado, a dívida de Cristina de Pisano para com o compêndio do prior beneditino é de tal ordem que a Autora começa — logo no primeiro capítulo do Livro III — por descrever um sonho, no qual Bouvet a convida a colher os frutos da sua... árvore. A partir daí, Cristina principia a repetir as perguntas que o seu mestre inscrevera já no último livro do seu estudo, recordando as suas respostas mas, aqui e além, discutindo os respectivos argumentos e exprimindo alguns pontos de vista diferentes. Desta forma, os Livros III e IV do *Livre des Faits d'Armes* podem ser considerados como um verdadeiro comentário da "Aruore das batalhas".

É certo que, ao contrário do que vimos passar-se com o *Livro das Três Virtudes*, não dispomos de qualquer prova do conhecimento do *Livre des Faits d'Armes et de Chevalerie* em Portugal. Esta obra não consta do rol dos livros que pertenceram a D. Duarte (apesar de, como já observou Aires Nascimento, esse arrolamento poder não ser exaustivo⁽⁷⁵⁾), nem é, tanto quanto sabemos, citado (ou, de alguma forma, referenciado) na literatura devida aos príncipes de Avis, nas crónicas coevas, ou em qualquer outro texto com circulação conhecida nos meios próximos da corte régia portuguesa no período que estamos a considerar. Apesar de todas estas contrariedades, ousamos admitir que o tratado da discipula de Bouvet não seria inteiramente desconhecido entre nós na primeira metade de Quatrocentos. Em primeiro lugar, porque a Autora o não era, como o comprovam a tradução do *Livre des Trois Vertus* para português e, o que é mais, a possível utilização do seu conteúdo (ao menos como mote inspirador)

⁽⁷⁵⁾ No seu recente e importante estudo sobre as livrarias dos príncipes de Avis (designadamente sobre as condições e critérios que poderão ter presidido à elaboração dos registos que delas chegaram até nós), Aires Nascimento (*ob. cit.*, p. 273) observa: 'Admitiremos, antes de mais, a hipótese de o inventário da biblioteca de D. Duarte não compreender os livros usuais que porventura estivessem na mão de outras pessoas da corte [...]. E assim como não se excluía livros que eventualmente se encontravam na livraria por empréstimo, também não se incluía outros que dali tivessem saído temporariamente".

num trecho final e decisivo do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*⁽⁷⁶⁾. Depois porque, durante a primeira metade do século XV, os contactos entre a corte régia portuguesa e a corte ducal da Borgonha (onde as obras de Cristina gozavam, como vimos, de grande procura e aceitação) foram, como se sabe, bastante significativos⁽⁷⁷⁾. Durante a longa viagem que, entre 1425 e 1428, realizou pela Europa, o infante D. Pedro visitou a Flandres (onde parece ter passado o Natal de 1425 e o Ano Novo de 1426⁽⁷⁸⁾) e, possivelmente, terá então conhecido a fabulosa livraria do duque Filipe-o-Bom, cuja fama D. Isabel teria já feito chegar a Portugal⁽⁷⁹⁾. Ora, nessa altura já o *Livre des Faits d'Armes*

(76) Referimo-nos à célebre *alegoria das donzelas*: cf. Mário Martins, *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Brotéria, 1975, pp. 239-245; e Maria Helena da Rocha Pereira, *Helenismos no "Livro da Virtuosa Benfeitoria"*, já cit., p. 346. Outras possibilidades para explicar a inspiração da alegoria final do *Livro da Virtuosa Benfeitoria* são aventadas por Saul António Gomes, "O Tratado da Virtuosa Benfeitoria: simbolismo e realidade", *História e Crítica* (Actas das Jornadas de História Medieval "1383/1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV"), 1985, p. 280; e, especialmente, por Luís de Sousa Rebelo, "A alegoria final do 'Livro da Virtuosa Benfeitoria'", *Biblos*, vol. LXIX (Actas do Congresso comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro), 1993, pp. 371-375.

(77) Este facto ficou, sobretudo, a dever-se ao casamento da infanta D. Isabel (filha de D. João I) com Filipe-o-Bom (duque da Borgonha e conde de Flandres) e à consequente presença nesta corte de letrados portugueses (como Fernando de Lucena e Vasco de Lucena), a quem a irmã do Regente recorreu como forma de valorizar a esmerada educação que dedicou a seu filho, o militarmente lendário Carlos-o-Temerário (cf. Aires Nascimento, *ob. cit.*, p. 267; este Autor recorda ainda, a propósito, a existência, na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, de um fragmento de um *Livro de Horas* que "é dado como tendo pertencido à Infanta D.^a Isabel, Duquesa de Borgonha" — cf. *Idem, ibidem*, nt. 8). Também nos parece sintomático que, no chamado *livro da Cartuxa*, exista uma carta (datável de Arras, Setembro de 1435), na qual a Duquesa da Borgonha fornece a D. Duarte (seu irmão) um relato sumário do encontro que — no contexto político-militar da Guerra dos Cem Anos e por intervenção do duque Filipe-o-Bom — ali teve então lugar, entre embaixadores ingleses e franceses (cf. *Livro dos Conselhos...*, n.º 17, pp. 97-99).

(78) Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, "O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra", *Biblos*, vol. LXIX (Actas do Congresso comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro), 1993, p. 17.

(79) Cf. Aires Nascimento, *ob. cit.*, p. 269. Segundo este especialista, a

et de Chevalerie de Cristina de Pisano tinha sido escrito há mais de quinze anos; e talvez o facto de não haver notícia de ter então sido ordenada a sua cópia, ou a sua tradução para português, não signifique que essa obra não tenha prendido a atenção do futuro Regente, dada a enorme popularidade da Autora e o conteúdo do livro, que — como dissemos — conjugava harmoniosamente o pensamento de autores apreciados em Portugal (como Vegécio, Valério Máximo ou Honoré Bouvet) com contributos militares actualizados, a que o espírito cavaleiresco de D. Pedro não deveria ficar indiferente. Nestes termos, deixamos em aberto a possibilidade — que o futuro se encarregará de avaliar melhor — de o *Livre des Faits d'Armes et de Chevalerie* ter sido conhecido em Portugal ainda durante o segundo quartel do século XV.

IV. Para concluir a nossa síntese, gostaríamos ainda de aludir à influência que, em matéria de arte militar, não terá também deixado de ser exercida sobre a nobreza cortesã portuguesa tardo-medieval pelas obras de Afonso X, rei de Castela e Leão (1221-1284), e do infante Don Juan Manuel (1282-1348)⁽⁸⁰⁾.

Desde logo, porque estes autores castelhanos serviram como mediadores de alguns dos textos e tratados a que atrás fizemos referência, e que eles próprios conheciam bem. No *Libro del cavallero et del escudero*, por exemplo, Don Juan Manuel coloca um cavaleiro ancião a recomendar a um jovem escudeiro — que pretendia saber o que é a cavalaria — que "leed un libro que fizo un sabio que dizen Vejeção, et y lo fallaredes todo"⁽⁸¹⁾. E o mesmo Autor, no *Libro Enfenido*, informa aquele que desejar conhecer a diferença que há

biblioteca dos duques da Borgonha continha então 876 códices (isto é, cerca de dez vezes mais do que os registados na livreria de D. Duarte).

⁽⁸⁰⁾ Dada a natureza das personagens em causa, dispensamo-nos de aduzir aqui outros elementos biográficos a seu respeito. Os mais importantes (de um ponto de vista militar) desses elementos podem, contudo, ser facilmente consultados em Teresa Amado, *A Guerra até 1450*, já cit., esp. pp. 145-147 (para o caso de Afonso X) e pp. 245-246 (no que toca a Don Juan Manuel).

⁽⁸¹⁾ Cf. Don Juan Manuel, *Obras. Tomo I*, edición preparada por José M.^a Castro y Calvo y Martín de Riquer, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1955 (*vide* "Libro del cavallero et del escudero", cap. XIX.^o, p. 15).

entre os bons reis e os tiranos de que "fallar lo hedes en el libro que fitzo fray Gil, de la orden de Sant Agostin, que llaman "De regimine principum", que quiere dezir "Del govemamiento de los principes""⁽⁸²⁾.

Mas, para além disso, a influência militar das obras de Afonso X e de Don Juan Manuel na corte régia portuguesa fez-se sentir, desde os finais do século XIII, pelos seus próprios méritos. Quanto aos códigos de Afonso X, já José Mattoso recordou que "o "Fuero Real" e as "Siete Partidas" [...] foram traduzidos para português, e largamente utilizados entre nós"⁽⁸³⁾. No que diz respeito às *Partidas*, o mais famoso dos códigos legislativos do *Rei Sábio*, é, aliás, seguro que "foi bem conhecido entre nós, através de cópias em castelhano, das quais existem ainda fragmentos, que o seu mais recente editor, José Azevedo Ferreira, atribui ao fim do reinado de D. Dinis e ao de Afonso IV [...]. Entre os diversos fragmentos, conhece-se também um da tradução portuguesa da "Segunda Partida", identificado por Pedro de Azevedo em 1913"⁽⁸⁴⁾. De resto, na livraria de D. Duarte existia um "liuro da primeira partida"⁽⁸⁵⁾, o que só testemunha a popularidade de que o célebre código afonsino desfrutava ainda no segundo quartel do século XV. É até muito curioso verificar que a autoridade de que esta grande obra jurídica gozou em Portugal foi de tal ordem que, nas cortes de Eivas de 1361, o clero se queixou a D. Pedro I de que as justiças régias "nam querem guardar ho djreito canonjco", apesar de que "era maes Rezam de o guardar [...] que as ssete partidas ffectas por el rrey de castella ao quali Regno de purtugall nam era ssobgeito mas bem Jssemto de todo"⁽⁸⁶⁾!

Tratando-se de uma obra de natureza jurídica, nem por isso as *Siete Partidas* deixaram de ter também influência ao nível da arte militar. Não só porque definiram a matriz a partir da qual surgiriam codificados — nas *Ordenações Afonsinas* — a natureza, os deveres e

⁽⁸²⁾ *Idem, ibidem* (vide "Libro Enfenido", cap. IV.º, p. 106).

⁽⁸³⁾ Cf. José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, vol. II, p. 96.

⁽⁸⁴⁾ *Idem, ibidem*, vol. I, pp. 125-126.

⁽⁸⁵⁾ Cf. *Livro dos Conselhos...*, n.º 54, p. 208.

⁽⁸⁶⁾ Cf. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa, I.N.I.C./Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 22: Cortes de Eivas de 1361, Capítulos do Clero, artigo 24.º.

os atributos da cavalaria⁽⁸⁷⁾, como também, e sobretudo, porque estiveram na origem directa do importantíssimo "Regimento da Guerra", uma preciosa compilação de ensinamentos sobre questões práticas de condução e de execução da guerra, que chegou igualmente até nós através das *Ordenações Afonsinas*⁽⁸⁸⁾.

No que se refere a Don Juan Manuel, gostaríamos pelo menos de recordar a sua familiaridade, na verdadeira acepção do termo, com a corte régia portuguesa. D. Constança Manuel, esposa do infante D. Pedro (o futuro D. Pedro I de Portugal) era filha daquele grande magnate castelhano. Por este motivo, e tendo até em conta que o matrimónio de Pedro e Constança teve lugar em 1336, é de admitir que as obras de Don Juan Manuel tivessem sido conhecidas em Portugal no próprio século XIV. O *Libro del cavallero et del escudero* (1326) e o *Libro de los estados* (1327-32) — talvez os dois textos de Don Juan Manuel com maior significado militar — são até de redacção anterior à consumação daquele casamento político. E toda a restante produção literária de Don Juan Manuel, incluindo o *Libro enfenido* (1342-44) e o *Libro de las armas* (1344) é, obviamente, anterior aos meados de Trezentos. Assim, em nossa opinião, a presença de um exemplar do "liuro do conde lucanor" na livraria de D. Duarte⁽⁸⁹⁾ será apenas um pálido testemunho do bom conhecimento que os meios próximos da corte régia portuguesa de Quatrocentos devem ter tido do conjunto da obra de Don Juan Manuel⁽⁹⁰⁾. E sublinhe-se, finalmente, que do ponto de vista militar esta obra deve ter tido

(87) Com efeito, o título "Dos Cavalleiros, como, e per quem devem seer feitos, e desfeitos" que surge nas *Ordenações Afonsinas* (ed. cit., Livro I, título LXIII, pp. 360-376), constitui uma adaptação do já regulamentado na "Segunda Partida" de Afonso X (cf. *Siete Partidas...*, 2.^a Part., tit. XXI, pp. 70-76v.º: "De los caualleros, e de las cosas que les conuiene fazer").

(88) Compare-se o título XXIII da "Segunda Partida" (cf. *Siete Partidas...*, 2.^a Part., tit. XXIII, pp. 78v.º-91: "De la guerra que deuen fazer todos de la tierra") com o "Do Regimento da Guerra" incluído nas *Ordenações Afonsinas* (ed. cit., Livro I, título LI, pp. 285-306).

(89) Cf. *Livro dos Conselhos...*, n.º 54, p. 207.

(90) Assinale-se que Zurara (*Crónica da Tomada de Ceuta...*, cap. XXXI, p. 95) põe na boca do bispo de Ávila uma referência a "aquelle boom caualleiro Dom loham Manuell [...] naquelle liuro que fez, que sse chama o comde Lucanor [...]". E como recorda Teresa Amado (*Fernão Lopes, Contador de História*, já cit., p. 110), Joaquim de Carvalho reconheceu, numa fala do conde

particular interesse, uma vez que a experiência do Autor como *adelantado-mayor de la frontera et del regno de Murcia* lhe proporcionou, não só um contacto directo com os teatros de guerra, como também com uma guerra travada contra um inimigo que não era aquele de que os tratados militares clássicos falavam: tratava-se agora do inimigo muçulmano, notável, quer pela sua mobilidade e equipamento ligeiro, quer pela sua quantidade e espírito ardiloso. Ora, para neutralizar este adversário havia que congeminar soluções tácticas que não poderiam decalcar (embora naturalmente aproveitassem, ou adaptassem) as instruções preconizadas por Vegécio e repetidas por Gil de Roma. Neste sentido, atribuímos especial interesse à componente militar da obra de Don Juan Manuel, que de alguma forma recupera muitos dos ensinamentos guerreiros recolhidos no período mais precoce da *Reconquista* e transporta para um cenário mais especificamente peninsular a abordagem das formas de execução da guerra.

Passadas em revista as fontes literárias que, de uma forma mais impressiva, terão contribuído para definir a "formação militar" da nobreza cortesã portuguesa do extremo final da Idade Média, resta-nos ponderar convenientemente a real influência exercida por estas obras.

Não temos qualquer dúvida quanto ao facto de elas terem *realmente* interferido sobre as formas de fazer a guerra praticadas em Portugal no período que estamos a considerar. De resto, em países onde a história militar atingiu já maiores índices de desenvolvimento, como é o caso da França, está confirmado o quanto a evolução das respectivas instituições militares (já extremamente avançadas, como se sabe, na segunda metade de Quatrocentos) ficou a dever à imitação de modelos estrangeiros, em particular o romano, conhecidos por via dos textos de Vegécio, de Frontino, de Valério Máximo, de Tito Livio e das próprias fontes jurídicas⁽⁹¹⁾.

Ao mesmo tempo seria, contudo, demasiada ingenuidade não reconhecer que as normas, os princípios e os conselhos contidos nos

D. João Afonso Telo (alusiva à fábula da raposa e do corvo) inserta nas crónicas de Fernão Lopes, uma citação do *Libro del conde Lucanor*.

⁽⁹¹⁾ A este respeito, veja-se Philippe Contamine, *ob. cit.*, p. 542.

tratados de instrução militar configuravam apenas um enquadramento teórico, que ajudava a programar e a executar as acções de guerra, mas que não podia, nem pretenderia, dar resposta pronta e definitiva aos mil imponderáveis de que se revestia uma campanha militar⁽⁹²⁾. Como afirmou Malcolm Vale, "a guerra desafiava qualquer tentativa para a reduzir a modelos textuais: a necessidade prática [...] determinava a estrutura dos exércitos e o curso das batalhas"⁽⁹³⁾. Nestes termos, se bem que cientes da diversidade e da riqueza das fontes literárias que alimentavam a cultura marcial da nobreza mais próxima dos centros de decisão política, convém que reconheçamos ao imprevisto, ao fortuito e à inspiração dos comandantes, o lugar que eles de facto merecem numa apreciação equilibrada das formas de fazer a guerra no Portugal das últimas décadas do século XIV e da primeira metade de Quatrocentos.

⁽⁹²⁾ Cf. Francisco Garcia Fitz, "La didáctica militar en la literatura castellana (segunda mitad del siglo XIII y primera del XIV)", *Amiario de Estudios Medievales*, n.º 19, 1989, *passim*; este Autor, referindo-se embora ao período compreendido entre 1250 e 1350, insiste na "dúvida acerca da eficácia do teórico face ao prático" (p. 283) e considera mesmo (pensamos que com algum exagero) que a presença de Vegécio na didáctica militar castelhana é mais "testemunhal" do que outra coisa, pois "o exército a que Vegécio faz referência é totalmente diferente do medieval" (p. 274).

⁽⁹³⁾ Cf. Malcolm Vale, *War & Chivalry. Warfare and Aristocratic Culture in England, France, and Burgundy at the End of the Middle Ages*, Athens, Georgia, University of Georgia Press, 1981, p. 32.